

## Acervo de Mortos e Desaparecidos



**Dossiê:** ...

---

**Procedimento administrativo CEMDP:** 018/96

---

**Nome:** Flávio Carvalho Molina

---

**Data de Nascimento:** 08/11/1947

---

**Status:** Desaparecido

---

### **Biografia:**

Flávio foi o quarto militante morto, em poucos dias, do referido grupo de 28 integrantes do MOLIPO. A data mais provável de sua prisão é o dia 06/11/1971, mas seus companheiros na organização clandestina tinham perdido contato com ele, em São Paulo, desde o dia 4. Somente no ano seguinte a imprensa divulgou as primeiras informações provenientes dos órgãos de segurança dando-o como morto. Apaixonado por camping, alpinismo e música clássica, Molina nasceu no Rio de Janeiro, onde cursou o primário nos colégios São Bento e São José. Despertou precocemente para a militância política, quando cursava o científico no Colégio Mallet Soares. Em 1968, era calouro na Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, quando foi preso durante a histórica investida repressiva das forças policiais, na sexta-feira 21 de junho, que ensejou a reação popular da Marcha dos Cem Mil, cinco dias depois. Naquela data, foi invadido o campus onde Molina estudava e centenas de jovens como ele foram levados presos para o antigo campo de futebol do Botafogo, ao lado do Hospital Rocha Maia, onde foram fichados. Em 1969, já denunciado perante a Justiça Militar no Rio de Janeiro, Molina fez opção pela luta clandestina contra o regime militar, passando a militar na ALN. Seguiu para Cuba em novembro daquele ano, de onde voltou em meados de 1971. Enviou regularmente notícias à família até 1970. Em agosto de 1972 os jornais publicaram referências genéricas à morte de Flávio, mas sem qualquer informação adicional. Sua família procurou as autoridades, tentando saber onde estava enterrado, mas foi em vão. A própria Justiça Militar sustentou que a notícia era infundada e Flávio continuou a ser processado como revel. Seu nome foi excluído dos autos apenas na data do julgamento, quando foi extinta sua punibilidade por morte, a partir de informação prestada pelo então diretor geral do DOPS, Romeu Tuma. Mesmo assim, a família não recebeu qualquer notificação oficial confirmando a morte e informando o local de sepultamento. Somente em julho de

1979, através da localização, pelo Comitê Brasileiro de Anistia/SP, da documentação contendo essas informações, os familiares tomaram conhecimento inequívoco da morte de Flávio. O ofício localizado era datado de 07/08/1978, sendo endereçado ao Juiz Auditor e assinado por Romeu Tuma. Trazia em anexo o atestado de óbito, lavrado com a identidade de Álvaro Lopes Peralta. O delegado assumia a prisão de Flávio ao informar ao Juiz que, por ocasião do 'estouro do aparelho' onde havia sido preso José Roberto Arantes, teriam localizado manuscrito de encontro com André, que, na verdade, era Álvaro Lopes Peralta ou Flávio Carvalho Molina, preso no dia 06/11, na rua Agostinho Gomes. Informa também que, ao ser 'ouvido', André declarou ter um encontro na Rua Padre Marchetti, no Ipiranga, em São Paulo, às 13 horas do dia 07/11. Levado ao local pelos agentes policiais, teria tentado fugir e sido baleado mortalmente. Enterrado no dia 9 como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram exumados e transferidos para a mencionada vala clandestina alguns anos depois. A requisição de exame necroscópico no IML/SP, com a identidade falsa de Álvaro Lopes Peralta, já estava associada à verdadeira identidade. Em documento dos arquivos do DOPS/SP constam todos os seus dados, nomes falsos e codinomes. Ofício do CENIMAR nº 0396, de 13/07/70, também informa que ele usava o nome falso de Álvaro Peralta e tudo comprovando que o sepultamento com outra identidade foi intencional, para acobertar as reais circunstâncias de sua morte. De posse de documentos oficiais, em outubro de 1979 a família abriu processo exigindo retificação de assentamento de óbito e a reconstrução de identidade, ganhando a causa em 1981. Em 09/10/1981, ao buscar os restos mortais de Flávio, a vala comum do Cemitério de Perus foi aberta para a família, que constatou ser impossível identificar a ossada de Flávio naquele momento. Mas não desistiu de resgatar seu corpo. Somente com a abertura da Vala de Perus, em 04/09/1990, um conjunto de ossadas pode ser transferido para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp. O processo de Flávio foi levado à votação na primeira reunião da CEMDP, obtendo deferimento unânime. Passados 15 anos da abertura da vala clandestina de Perus e depois de várias tentativas de extração do DNA, os restos mortais de Flávio Molina foram finalmente identificados pelo Laboratório Genomic, de São Paulo, em setembro de 2005, para onde tinham sido enviados pela Comissão Especial. Esse foi o primeiro passo para a constituição do Banco de DNA dos mortos e desaparecidos políticos, efetivado em 2006. Em 10/10/2005, um ato público no auditório da Procuradoria da República, em São Paulo, marcou a entrega da urna com os restos mortais de Molina ao seu irmão, Gilberto.

---

**Local de morte/desaparecimento:** Rio de Janeiro (RJ)

---

**Organização política ou atividade:** Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. 1ª Edição. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

---

**Data do Recolhimento da documentação física para o Arquivo Nacional:**  
06/08/2009

---

**Filiação Mãe:** Maria Helena Carvalho Molina

---

**Filiação Pai:** Álvaro Andrade Lopes Molina

---

***Data do desaparecimento ou última vez que foi visto:***

07/11/1971

---